



Av. Ayrton Senna da Silva, 161
Cep: 83.203-800 Paranaguá – PR
Tel. (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

211ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2011, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. **JOSÉ ROBERTO BASTOS FERNANDES**, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: Airton Vidal Maron, Carlos Roberto Frísoli, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Lourenço Fregonese, Luiz Teixeira da Silva Junior, Sandro Flores Monteiro, Persio Souza de Assis, Marco Aurélio Chapaval, Carlos Antonio Tortato, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Orlei de Souza Miranda, Zulfiro Antonio Bósio, Juarez Moraes e Silva, Blásio José München, Claudio Fernando Daudt; **Convidados:** CMG da Reserva Pacheco - CPPR, Sidney Pinto – Cotriguaçu, Sr. Nilson Hanque de Camargo – FAEP, **Justificativas de Ausências:** Conselheiros Joaquim Medeiros Chianca Fernandes, João Gilberto Cominese Freire, Edson Cezar Aguiar, Luiz Antonio Fayet; **1. ABERTURA DOS TRABALHOS** – O **Presidente** deu início à reunião agradecendo a todos pela presença. **2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 210ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Depois de recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade. **3 ORDEM DO DIA: 3.1 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATORIO FINAL ACERCA DOS TRABALHOS DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS NORMAS DE TRÁFEGO MARÍTIMO E PERMANÊNCIA NO PORTO** – Representante do Governo Estadual - **Cons. Airton Vidal Maron** dizendo que a Comissão de Regulação Portuária e convidados reuniram-se em data de 16 de novembro do corrente, para análise e apreciação da Minuta do Relatório Final dos trabalhos de “Revisão e Atualização das Normas de Tráfego e Permanência nos Portos do Paraná”, apresentada pela Comissão Mista, designada pela Portaria nº. 231/2011-APPA e fez a leitura do **Relatório nº. 001/2011, da Comissão, com o seguinte teor: CONSIDERANDO** as competências legais do CAP, estabelecidas pelo Artigo 30 da Lei Federal nº. 8.630/93; **CONSIDERANDO** a necessidade de Revisão e Atualização das Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos de Paranaguá e Antonina, vigente desde 1999; **CONSIDERANDO** a Portaria nº. 231/2011-APPA, para elaborar os trabalhos de Revisão e Atualização das Normas de Tráfego e Permanência nos Portos de Paranaguá, composta por membros titulares e suplentes de diversas entidades, com a finalidade de adequá-las ao cenário atual da navegação nos portos paranaenses; **CONSIDERANDO** as diversas reuniões realizadas pela Comissão Mista, para análise e discussão da matéria; **CONSIDERANDO** as sugestões apresentadas pelos Conselheiros, analisadas e consolidadas pela Comissão, **Resolve: Recomendar** ao Colegiado: A aprovação, no âmbito de competência deste Conselho, do Relatório Final da proposta de Revisão e Atualização das Normas Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos de Paranaguá e Antonina. **Cons. Juarez** dizendo que na condição de representante do CAP junto à Comissão de elaboração desse trabalho, gostaria de registrar que o mesmo envolveu várias entidades que participaram ativamente de sua elaboração e destacou em especial três instituições que foram determinantes para que esse trabalho tivesse a qualificação que teve: a própria APPA, a Marinha do Brasil e a Praticagem, que com informações determinantes, contribuíram para que essas Normas fossem atualizadas. Disse que elas refletem a situação atual do Porto de Paranaguá, evidentemente que é passiva de novas revisões a cada novo cenário, seja por melhorias ou até por novas restrições. Destacou que nessas novas Normas, existe um Anexo sobre o Sistema de Monitoramento Portuário que contempla todo o monitoramento das questões climáticas e manobrabilidade dos navios, modelado e desenhado de acordo com a melhor técnica e que com isso o Porto de Paranaguá estará dando um importante passo para sua modernização. O **Presidente** parabenizando a Comissão pelo brilhante trabalho apresentado colocou o mesmo em votação pelo plenário, **o que foi aprovado por unanimidade dos Blocos, com abstenção somente do Cons. Baka.** **4 - INFORMAÇÕES GERAIS: 4.1 - RELATÓRIO GERENCIAL DA**



Av. Ayrton Senna da Silva, 161
Cep: 83.203-800 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

APPA - Representante da Administração do Porto - **Cons. Lulz Teixeira** efetuou a leitura do relatório referente ao mês de outubro, fazendo um comparativo com igual período do ano anterior. **Cons. Baka** solicitou da APPA informações separadas da movimentação do Porto de Paranaguá e Porto de Antonina dos últimos cinco anos; **Cons. Sandro** parabenizou a diretoria da APPA pela movimentação atingida até outubro, com um aumento significativo em relação ao ano anterior, mesmo o porto operando com um berço a menos. **4.2 - INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSOES PERMANENTE E ESPECIAL DO PDZPO E DE ARRENDAMENTOS** - Relatora da Comissão do PDZPO e de Arrendamentos - **Cons. Maria do Socorro Oliveira** disse que recebeu do LABTRANS o relatório inicial dos trabalhos de confecção do PDZPO e solicitou encaminhado do mesmo à Comissão Especial para análise e sugestões, uma vez que foi criada especificamente para tratar da confecção desse trabalho. Tendo em vista que há um prazo para posicionamento da Comissão, sugeriu realização de uma reunião nos próximos dias para análise e discussão desse assunto. **Cons. Daudt** destacou a importância de que todos participassem dessa reunião tendo em vista ser o PDZPO, fundamental para o Porto de Paranaguá e que precisa ser concluído, já que é uma exigência das autoridades federais. Indagou ao **Cons. Baka** como está a posição do DNIT com relação às vias de acesso, uma vez que está dentro do PDZPO a definição dos acessos portuários e que estava previsto um prazo de sessenta dias para realização desses serviços e tendo em vista a nova safra que se aproxima. Parabenizou a Comissão Especial que, com muito empenho, efetuou o trabalho de Revisão e Atualização das Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos do Paraná e, em especial ao **Cons. Teixeira** e a funcionária Sonia Araujo que foram fundamentais para que o trabalho fosse concluído. **Cons. Baka** respondeu que o DNIT está efetuando processo licitatório para conservação do trecho, mas em função de uma série de mudanças nos procedimentos internos do Ministério dos Transportes, o processo não deverá sair este ano. Em função disso, informou que encaminhou proposta de lei à Câmara Municipal solicitando autorização para investir o suficiente para execução dos serviços de conservação (tapa buracos) nessas vias, e que logo em seguida deverá sair outro projeto mais completo para restauração das mesmas vias. Manifestou sua preocupação com relação ao Plano de Zoneamento Ecológico e Econômico promovido pelo Governo do Estado cuja execução terá início pelo litoral. Reconhece sua importância, mas que seja compartilhado em sua coordenação, com elementos que representem a comunidade portuária, temendo que o mesmo possa atropelar o Plano Diretor do Município que é um plano realístico efetuado com o conhecimento daqueles que estão realmente integrados nas questões da comunidade. Sugeriu que o Conselho efetue convite a Secretaria do Meio Ambiente para participação na próxima Reunião Ordinária do Conselho para esclarecimentos sobre esse assunto. **Cons. Maron** informou que já encaminhou à Comissão de Licitação proposta devidamente autorizada pelo Governador para a manutenção de toda a concretagem que foi efetuada pela APPA, e que no prazo máximo de sessenta dias estará sendo publicada. **Cons. Maria do Socorro** informou que o PDZPO está respeitando totalmente os Planos Diretores dos Municípios, Paranaguá e Pontal do Paraná, inclusive solicitou participação de um representante da Prefeitura Municipal para participar das definições finais do Plano. O **Presidente** conclamou os membros da Comissão Especial para que participassem dessa reunião tendo em vista que o PDZPO é um assunto relevante para a comunidade portuária, é um trabalho que deverá ser elaborado com qualidade, contemplando todas as necessidades, porque será norteador das ações e gestões do Porto de Paranaguá e espera que na próxima Reunião Ordinária do Conselho já se tenha um detalhamento desse relatório. Quanto a questão do Plano de Zoneamento Ecológico do Governo do Paraná, sugeriu encaminhamento pelo Conselho de correspondência ao Secretário Estadual do Meio Ambiente solicitando que essa questão seja tratada em consonância com o PDZPO. **4.3 - INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ** - Representante do Governo do Estado Paraná e Superintendente da APPA - **Cons. Airton Vidal Maron** informando que a APPA tem dois licenciamentos em andamento, um é a Licença de Operação que é a regularização ambiental do porto e a outra é o

EIA RIMA de aprofundamento das áreas marítimas do porto. Quanto a Licença de Operação, a APPA está preparando as últimas solicitações efetuadas pelo IBAMA, que deverão ser concluídas nos próximos dias, com exceção do PEI que já foi contratada a empresa AQUAPLAN para execução do mesmo. Acredita que finalmente esta questão está chegando ao final porque deverá ser levado nos próximos dias à Brasília, e espera que em breve deverá sair uma definição para a Licença de Operação que irá propiciar a execução das obras de ampliação do TCP, o aprofundamento do cais e a dragagem de manutenção. Quanto ao EIA RIMA de aprofundamento, ainda existem algumas pendências junto ao IBAMA. Disse que o mesmo está sendo capitaniado pela SEP que está desenvolvendo o grande projeto de dragagem do Porto de Paranaguá, é um projeto que está em andamento, um pouco mais complicado, mas deverá sair alguma coisa no próximo ano. Informou que a APPA recebeu uma Licença Especial para Dragagem de Manutenção de Emergência para os pontos críticos, dragagem esta que será colocada em licitação ainda este ano. **Cons. Juarez** esclarecendo alguns questionamentos do **Cons. Daudt**, disse que o PEI é o principal item da pauta de emergência do sistema, sem o mesmo nada deverá ser feito. Disse que no Contrato celebrado via ACIAP com apoio do SINDOP, estava contemplado tudo que demandou no Termo de Referência do IBAMA à APPA, menos o PEI porque constava no Contrato celebrado entre a APPA e ALPINA, e que o IBAMA somente há poucos meses havia informado à APPA, que o PEI apresentado pela ALPINA não atendia as exigências do Termo de Referência. Portanto, mesmo em face de algumas providências já tomadas, o PEI ainda deverá levar um pouco mais de um mês para ser concluído. Outro ponto que considera muito relevante e que tem que ter solução, é a questão das demandas judiciais, Ministério Público, etc., com relação à questão ambiental do porto como um todo. Lembrou que havia expectativa de que essa matéria fosse resolvida através de um Clube de Serviço ou de outro mecanismo, mas algumas dificuldades estão sendo encontradas para que isso ande no tempo necessário. Conclamou o empresariado para que priorize esse assunto buscando uma solução em conjunto, porque senão, acabará recaindo no próprio sistema. **Cons. Daudt** complementando o pronunciamento do **Cons. Juarez**, disse que é necessário que se passe a olhar de outro modo as questões ambientais porque o CONAMA-Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelece claramente o novo plano de área, que é um conjunto de medidas de operadores unidos ao porto organizado, é uma exigência federal e é fundamental para qualquer organismo portuário. É claro que sempre haverá custos, e a **Catallini** sabe muito bem a importância dessa questão porque como empresa da área de inflamáveis tem mais exigências do que a área de granel sólido, no entanto considera muito mais preocupante a cobrança do espelho d'água pelo SPU. Reconhece que haverá muitas reclamações, mas não tem como fugir disso, o porto tem que ter uma base de emergência muito bem instalada e formada e imediatamente acionada para atender as emergências. Sugeriu criação de uma Comissão no Conselho para acompanhamento das questões ambientais. **Cons. Maron** informou que em razão da importância e abrangência do assunto, a APPA está contemplando na proposta do novo Quadro Funcional, a Diretoria do Meio Ambiente do Porto. **Cons. Baka** disse que acha extremamente importante a formalização do Condomínio Ambiental para atendimento a todas as exigências ambientais do porto e colocou a Prefeitura Municipal à disposição para trabalhar em conjunto. Sobre as interveniências do Ministério Público, disse que hoje, além da obrigação de se fazer certo, há a necessidade de se ter um corpo jurídico adequado para se respaldar dos possíveis absurdos que poderão surgir. **Cons. Blásio** disse que é fundamental que o Conselho e ACIAP se manifestem formalmente, dando o apoio necessário à APPA para a criação da Diretoria do Meio Ambiente, tendo em vista que o porto necessita ter uma estrutura mínima para suportar todas as demandas futuras, que seguramente serão cada vez maiores. Na oportunidade, dando as boas vindas aos representantes da OAB/PR, como convidados, parabenizou-os pela iniciativa, dizendo que como profissionais experientes que são, certamente irão enriquecer as Reuniões Ordinárias do Conselho. O **Presidente** acatando a sugestão dos Conselheiros **Daudt**, e **Maria do Socorro**, propôs votação do Conselho para criação de uma Comissão de Acompanhamento das Questões Ambientais do Porto de Paranaguá, deixando sua composição e indicação dos membros

pelos Blocos na próxima Reunião Ordinária em 15 de dezembro do corrente, **o que foi aprovado por unanimidade**. Na oportunidade apresentou ao Conselho o convidado e **Advogado Leandro** como membro da OAB/PR, que agradeceu a todo o Conselho pela acolhida, colocando-se à disposição do mesmo como Membro da Comissão de Direitos Marítimos, Aduaneiros e Portuários da OAB/PR. **5 - EXPEDIENTE:** 5.1 Relatório de Atividades do OGMO; 5.2 Relatório Gerencia da APPA; 5.3 Correspondências Expedidas e Recebidas; **6. ASSUNTOS GERAIS - Cons. Maron** informou sua participação em um Fórum de Logística promovido pela FAEP, especificamente sobre o Porto de Paranaguá, com a participação de diversas autoridades nacionais, onde foi apresentado por uma das mais importantes empresas de consultoria do país, previsão de que nos próximos dez anos haverá um crescimento na movimentação do Porto de Paranaguá de aproximadamente dez milhões de toneladas de grãos. Disse que embora o tão falado "Corredor Norte" seja uma realidade, efetivamente não atingirá tanto os Portos do Paraná. Aproveitou a oportunidade para agradecer a FAEP que com essa iniciativa trouxe esclarecimentos bastante positivos sobre essa questão. Informou que está convencido de que o crescimento do Porto de Paranaguá é uma realidade, e por essa razão a APPA está investindo em projetos de expansão do porto, além de vários outros projetos de investimentos que estão previstos, também existem outras perspectivas que também estão se abrindo em função da condição estratégica do porto, e, com isto fatalmente acrescentará os problemas das vias de acessos. As oportunidades estão acontecendo e portanto, solicitou o apoio do Conselho com a consciência de que se tenha condição de fazer com que tudo corra de acordo, com a efetivação dos acessos desejados, inclusive a solução do problema porto/cidade. **Cons. Baka** agradecendo a toda a comunidade pelo apoio recebido, inclusive pela cobertura de toda a imprensa, durante a vinda do navio de passageiros à Paranaguá. Foi um acontecimento que teve um impacto muito positivo para a cidade, ficando cada vez mais clara a necessidade de um terminal de passageiros em Paranaguá, fato que só irá incrementar e fazer a cidade crescer. Comunicou a vinda à Paranaguá, do Embaixador da Ucrânia para inaugurar o Consulado Honorário da Ucrânia em Paranaguá, e estará na oportunidade descerrando uma placa onde começou o Porto de Paranaguá e desceram os primeiro imigrantes ucranianos no Paraná. Comunicou que no próximo dia 29 do corrente, estará na Câmara Federal em Brasília participando da última audiência da Sub-Comissão de Portos, e todas as questões debatidas nesta ocasião estarão sendo contempladas pelo Deputado Mourão, da cidade Praia Grande. Lembrou a todos que a Lei 8630/93, prevê a necessidade de anuência Municipal, prévia, para execução de qualquer obra dentro da área portuária, sejam elas públicas ou privadas. É uma posição de mútua proteção e fortalecimento diante do Ministério Público. Informou que a Petrobrás recebeu multa de cento e vinte milhões de reais pelo Conjunto dos Ministérios Públicos, em razão dos vazamentos acontecidos no Paraná, e Paranaguá está se colocando como Município do Pólo Ativo, para que esses eventuais recursos fiquem aqui para proteção ambiental da cidade. Comunicou que no próximo dia 30 do corrente a Prefeitura Municipal estará efetuando o REFIS-Recuperação Fiscal para os impostos, IPTU, ISS, Taxas, etc., para facilitar os contribuintes que tem dívidas atrasadas. O **Presidente** disse que o Projeto Porto Sem Papel já está com aproximadamente cinco mil atracações de navios no sistema, portanto a SEP já tem massa crítica para opinar que o mesmo está dando certo, e seguramente em breve o mesmo será uma realidade em Paranaguá, em função da proximidade com a bacia petrolífera do sul, e que provavelmente acabará dando apoio ao *workshop*. Informou que está previsto pela SEP, conclusão até o final do mês de março do próximo ano, do PNLP-Plano Nacional de Logística Portuária, e paralelamente estão sendo efetuadas reuniões com o Ministério dos Transportes sobre os estudos do PNLT-Plano Nacional de Logística de Transportes, que é o Plano que trata a questão das vias de acessos e por isso é importante esteja alinhado com o Plano Diretor da cidade. Respondendo a indagação do Cons. Daudt se Paranaguá estaria contemplado no PNLT, disse que mesmo recebeu como insumos os PDZPO's e que os do Paraná ainda não estavam concluídos, mas que os mesmos estão sendo efetuados em paralelo. Informou que a SEP está efetuando um projeto chamado "Carga Inteligente" que visa acompanhamento do seqüenciamento



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Av. Ayrton Senna da Silva, 161
Cep: 83.203-800 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420 -1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

da carga, e que já está sendo providenciado o Contrato para elaboração de um projeto piloto. Conclamou a todos acompanharem a evolução desses trabalhos para que assim se inclua Paranaguá no mesmo. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos pela presença e encerrou a 211ª Reunião Ordinária, tendo sido lavrada a presente Ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tão logo aprovada.

Conselheiros:

Jose Roberto Bastos Fernandes _____
Airton Vidal Maron _____
Carlos Roberto Frísoli _____
José Baka Filho _____
Ivany Marés da Costa _____
Lourenço Fregonese _____
Luiz Teixeira da Silva Junior _____
Sandro Flores Monteiro _____
Pérsio Sousa de Assis _____
Marco Aurélio Chapaval _____
Carlos Antonio Tortato _____
Maria do Socorro de Oliveira _____
Orlei de Souza Miranda _____
Zulfiro Antonio Bósio _____
Juarez Moraes e Silva _____
Claudio Fernando Daudt _____
Blásio José München _____

Convidados:

CMG da Reserva Pacheco - CPPR
Sidney Pinto - Cotriguaçu
Nilson Hanke de Camargo - FAEP